

ISSN: 2176-5960



Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 49 Setembro - Dezembro de 2025

**O PENSAMENTO CRÍTICO E A EFICÁCIA DA ORAÇÃO  
INTERCESSORA  
CRITICAL THINKING AND THE EFFICACY OF  
INTERCESSORY PRAYER**

**Sergio Hugo Menna**

**Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

*A crença e a incredulidade são atitudes que a mente adota diante de uma realidade ininteligível. Um mundo dessacralizado é tão misterioso quanto um mundo impregnado de divindade, e a diferença entre os dois pode ser bem menor do que você pensa.*

John Gray

**RESUMO**

Existem vários tipos de oração. A oração inclui práticas como confissão, louvor, agradecimento etc. Neste trabalho, nossa atenção estará voltada à oração intercessora. A oração intercessora é a prática em que uma ou muitas pessoas rezam a entidades sobrenaturais para que elas intercedam por outras pessoas com o propósito de alcançar um objetivo específico: saúde, trabalho, sucesso etc.

O objetivo do trabalho será determinar a eficácia objetiva real da oração intercessora, ou seja, avaliar se, de fato, a oração muda ou não “as coisas ao nosso redor”. Para isso, confrontaremos duas importantes fontes de crenças: o raciocínio crítico e a fé, especificamente, enquanto manifestada na crença na oração intercessora. Em nossa análise crítica prestaremos especial atenção aos exemplos concretos, isto é, a

cenários em que o raciocínio crítico e a oração intercessora se enfrentaram quando aplicados em casos reais, com destaque para um cenário tanto clássico quanto atual: as pandemias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crença; Pensamento crítico; Oração intercessora.

## ABSTRACT

There are several types of prayer. Prayer includes practices such as confession, praise, thanksgiving etc. In this paper, our focus will be on intercessory prayer. Intercessory prayer is the type of prayer in which one or many people pray to supernatural entities to intercede for other people with the purpose of achieving a specific goal, such as health, work, success etc.

The aim of this paper will be to determine the actual objective effectiveness of intercessory prayer, that is, to decide whether or not prayer truly changes “things around us”. To that end, we will examine two important sources of belief: critical reasoning and faith, specifically as manifested in the belief in intercessory prayer. Our analysis will focus on concrete examples, particularly scenarios where critical reasoning and intercessory prayer have directly intersected in real-world cases. Special emphasis will be placed on a context that is both timeless and contemporary: pandemics.

**KEYWORDS:** Belief, Critical Thinking; Intercessory Prayer.

## INTRODUÇÃO

Temos inúmeras crenças. As crenças definem e determinam o que pensamos, o que desejamos, o que fazemos e o que sentimos; em síntese, o que somos. Cada uma dessas inúmeras crenças tem uma origem, ou uma ‘fonte’.

Uma crença é uma descrição, um retrato ou relato *mental* da realidade –uma ‘narrativa’, se quisermos utilizar um termo hoje na moda. É uma representação de *como supomos* que as coisas são na realidade (ou de como foram no passado, ou de como serão no futuro).

As crenças costumam ser associadas à fé; por isso, algumas pessoas tendem a reduzir o conceito de crença ao de crença *religiosa*. Isso é um erro que, considerando o tema deste trabalho, precisa ser esclarecido. Muitas religiões não têm como eixo identificador um conjunto de crenças, mas um conjunto *de práticas espirituais*; de fato, a noção de que as religiões são credos –isto é, listas de prescrições e proibições nas quais os fiéis devem acreditar– surgiu apenas com o cristianismo<sup>1</sup>. É verdade que, por seu sucesso, a exigência de fixar crenças logo foi

---

<sup>1</sup> Cf. GRAY, 2018, I. O budismo é o exemplo paradigmático de um exercício espiritual que recusa ser um sistema de crenças. Os títulos destes livros sintetizam essa vocação: *Budismo: Uma religião sem Deus* (VON GLASENAPP,

muito imitada por outras religiões, mas isso não justifica o equívoco de achar que toda crença é uma crença religiosa. Frases como “Acredito que tudo acontece por uma razão” (Marilyn Monroe), “Creio que a verdade desarmada terá a última palavra na realidade” (Martin Luther King), “Acho que eu vi um gatinho!” (Piu Piu) são, todas, exemplos de afirmações que expressam crenças. Elas representam apenas uma ínfima fração dos resultados em um motor de busca para as expressões “Acredito que”, “Creio que” e “Acho que”. Acredito.

Reparemos neste fato: a crença *acontece na mente*; é uma representação mental da realidade –*não é* a realidade. Isso cria um abismo perigoso: podemos confundir nosso “mapa” (crença) com o “território” (realidade), especialmente quando essas representações são distorcidas por vieses cognitivos, emoções ou manipulação externa. E essas distorções implicam um sério problema: uma crença bem pode descrever adequadamente uma parcela da realidade, mas também, com frequência, pode instalar uma falsidade, ou espelhar uma ficção ou até fomentar um delírio.

Não por acaso metodólogos que se dedicam ao conhecimento, filósofos que se especializam em política, psicólogos que se ocupam das emoções, sociólogos que estudam a comunicação e jornalistas e historiadores que se interessam pela verdade, entre outros, interpretam as crenças que se distanciam da realidade e se afastam da verdade como entidades mentais desastrosas e destrutivas. Essa crítica se aplica tanto às crenças individuais –o ‘eu acho’– quanto às crenças coletivas –a ‘opinião pública’–, crenças que tendemos a aceitar de modo automático, por inércia.

São crenças que adotamos sem questionar por estarem ‘naturalizadas’ em nossa mente por estarem ‘normalizadas’ em nossa sociedade –tão naturalizadas e normalizadas que, geralmente, são ‘invisíveis’ para nós mesmos. Trata-se de crenças que aparentam fazer sentido, e com as quais organizamos a nossa vida; crenças que são, digamos, ‘confortáveis’, mas que, em geral, são falsas –e são falsas porque não foi o mero acaso que as estabeleceu. Crenças “confortáveis”, como, por exemplo, a crença no mérito da meritocracia, produzem aquilo que Slavoj Žižek descreve como gozo na ilusão: há, sim, uma satisfação em manter falsas certezas. Mas esse conforto é geralmente perigoso, porque, cedo ou tarde, essas crenças se chocam com a realidade –e é sempre prejudicial, porque poupa o esforço cognitivo de questionar. Tais crenças ou opiniões podem nos fechar ou encurralar em bolhas mentais individuais, ou nos arrastar para cenários coletivos de irrealidade com fortes inclinações ao fascismo, cujo desfecho –cuja estação emocional final– é, não raro, o fascismo.

---

2000) e *Budismo sem crenças* (BATCHELOR, 1997). O budismo está mais voltado à ação do que às proposições dogmáticas. Quem o pratica, simplesmente, segue um “curso de ação”.

É por causa desses problemas que muitos pensadores procuraram identificar e caracterizar as diferentes fontes que possibilitam que nós, humanos, construamos ou adotemos crenças –crenças que, insisto, podem ser verdadeiras, mas que também podem ser falsas representações da realidade. Os filósofos, em particular, tentaram classificar as fontes de crenças, em função de sua qualidade: “boa fonte de crenças”, “fonte confiável”; “boas razões”, “maus motivos para acreditar” etc. Entre as principais dessas fontes, podemos mencionar o pensamento ou raciocínio crítico, classificado (pela filosofia e pela ciência) como uma “fonte de crenças epistemicamente confiável”, e a autoridade, a tradição acrítica e o pensamento mágico, classificados (pela filosofia e pela ciência) como “fontes de crenças epistemicamente não confiáveis”.

O objetivo deste texto é *confrontar duas importantes fontes de crenças: o raciocínio crítico e a fé*, especificamente, enquanto manifestada na crença na *oração intercessora* –forma de oração que consiste em rezar a entidades sobrenaturais para que intercedam por outras pessoas (que bem podem ser desconhecidas para elas) em favor da realização de um objetivo específico: saúde, trabalho, sucesso etc. Tal objetivo também implica *uma análise crítica* da oração intercessora, que será considerada como uma crença derivada de uma fonte de crenças epistemicamente não confiável, e *uma análise crítica* de sua eficácia para mudar a realidade. Em um poema, Lord Tennyson afirmou: “*Ora por minha alma./ Mais coisas são feitas pela oração/ Do que este mundo sonha*” (TENNYSON, [1842], p. 162). Mas será mesmo?

A análise crítica da oração intercessora se estenderá a indagar se a crença no poder da oração pode gerar ou potencializar contextos perigosos, e a pesquisar se a oração, tradicionalmente entendida como “uma ação do bem”, pode também ser utilizada como uma ação ‘do mal’. Em nossa análise crítica prestaremos especial atenção a cenários em que o raciocínio crítico e a oração intercessora se enfrentaram quando aplicados em casos reais, com destaque para um cenário tão clássico quanto atual: *as pandemias*.

Analisar criticamente crenças cotidianas aparentemente irracionais como o poder da oração, é uma tarefa importante? Sim, é uma tarefa filosófica e existencialmente importante. E neste século XXI que apenas está começando é, na verdade, uma tarefa imperiosa. Uma leitura atenta da realidade, seja no âmbito da ciência, da política, da religião, da educação ou do dia a dia, revela de imediato que a problemática das fontes das crenças não está, como se costuma dizer, “superada pela história”. Longe disso; é uma problemática totalmente atual, e que atinge a todos.

## 1. AS FONTES DE CRENÇAS

Existem muitas fontes de crenças, fontes que a filosofia tenta analisar e classificar. O grande filósofo do século XIX, C.S. Peirce, por exemplo, estudou as principais vias que a humanidade

utilizou e utiliza para “fixar crenças”, quer dizer, para adotar suas crenças (cf. PEIRCE, 1967). Na sua pesquisa, ele identificou “métodos” como ‘autoridade’, ‘tradição’, ‘tenacidade’ e ‘raciocínio crítico’, lista na qual podemos acrescentar fontes como ‘pensamento mágico’, ‘fé’ etc. Obviamente, as taxonomias de diferentes autores diferem em número e nomes, mas todas incluem, como classes, fontes de crenças como os popularmente denominados ‘pensamentos’ mágico, autoritário e religioso, e como subclasses fontes como preconceito, superstição, oração, invocação, revelação, fé, conexões mágicas, invocações demoníacas, tradição acrítica etc.

Qual a natureza das ‘fontes’? O termo que Peirce adotou, ‘método’, segundo meu entender, não é adequado para denominar todas as fontes de crenças –menos ainda a autoridade e a fé–, mas foi oportuno que ele o tenha utilizado para que possamos fazer algumas considerações sobre o assunto.

O termo ‘método’, como equivalente do termo ‘procedimento’, sugere que *escolhemos conscientemente um conjunto explícito de regras para chegar às crenças*, e que *decidimos acreditar nas crenças construídas ou indicadas por esse procedimento*. Mas, definitivamente, não é esse o processo com o qual fixamos a maioria de nossas crenças. Pensemos nas crianças e suas crenças em Papai Noel, em Deus ou na Fada do dente. As crianças não começam a acreditar nessas curiosas entidades porque aplicam as regras de um método específico, mas somente porque seus pais, e o ‘clima de opinião’, *fixam* essas crenças em suas desprotegidas mentes infantis. As crianças foram ensinadas a acreditar nessas incomuns entidades, não em regras explícitas elaboradas para acreditar nessas incomuns entidades<sup>2</sup>.

Para dimensionar o poder de fontes de crença como a autoridade e o pensamento mágico, pense neste caso que seguramente você já vivenciou: quando crianças, nossos pais nos dizem que Papai Noel *existe* e que Deus *existe*, e nós acreditamos cegamente em suas palavras. Eles conseguem instalar essas –e outras– crenças em nossas mentes com uma facilidade incrível!

Nós *não* ficamos admirados com esses atos. Mas, se conseguíssemos olhar esse corriqueiro evento natalino com um olhar distante, ou com assombro filosófico, diríamos que o que acontece é bastante surpreendente.

E nossa surpresa não deveria finalizar aí: mais tarde, nossos pais –que tanto nos falaram da vida e obra do Bom Velhinho– nos dizem que, na verdade, Papai Noel *não* existe, e nós, automaticamente, acreditamos neles!

---

<sup>2</sup> Alguém poderia objetar: “Mas, e o Credo? Quando as pessoas repetem o Credo da igreja católica (“Acredito em Deus, todo poderoso [...]; acredito em Jesus Cristo [...]; acredito no Espírito Santo [...]; acredito, acredito, acredito”), elas estão repetindo metodicamente uma regra”. É verdade, é uma regra. Mas é uma regra de doutrinação, de reforço de uma crença *que elas já têm*, a gota sistemática que mantém aturdida a mente crítica.

As crianças foram ensinadas a acreditar nessas estranhas entidades, e, informalmente, a se *familiarizar* com o ‘pensamento’ mágico, o religioso e o autoritário. Em resumo, são doutrinadas com procedimentos acríticos que dificultarão que se libertem deles sozinhos<sup>3</sup>.

O termo ‘método’, então, não é adequado para denominar todas as variantes de fontes de crenças. Deveria ser reservado, entendo, só para os contextos em que há uma *escolha racional* de crenças, isto é, para as decisões críticas do dia a dia e para os âmbitos científico e filosófico. De fato, quando um pensador crítico hesita entre duas ou mais afirmações ou hipóteses rivais, para dirimir a questão utiliza um procedimento em alguma medida ‘metodológico’ –procedimento que, para os fins deste texto, chamaremos de ‘teste de eficácia’. Primeiro, faz observações e experimentos (mentais ou reais), e reúne evidências e razões conforme um plano predeterminado. Depois, quando confirma que uma das afirmações em avaliação tem muitas evidências e razões a seu favor, determina, com regras de inferência, que essa afirmação é confiável e, eventualmente, decide acreditar nela –sempre provisoriamente. Obviamente não há nada análogo à deliberação ou à experimentação quando, por revelação, autoridade ou fé, uma pessoa acredita em uma crença qualquer –é por isso que consideramos que essas fontes são (metodologicamente) irracionais e (epistemicamente) ruins. Que conjunto de regras explícitas poderia haver no ‘método de revelação’, ou no ‘método de autoridade’, ou no ‘método de fé’? As simples regras “acredite!”, “marche!”, “pague!”? O termo ‘método’, claramente, não é apropriado para dar conta de *todas* as etapas racionais com as quais adotamos crenças. Outros autores falam de ‘razões’ (outro termo inapropriado nesse contexto) para acreditar, ou, utilizando um termo muito mais procedente, de ‘motivos’ para acreditar. Dado que estes termos também têm seus problemas, prefiro utilizar um termo mais neutro, e falar de ‘fontes’ de crenças.

## 2. UMA FONTE DE CRENÇA EPISTEMICAMENTE CONFIÁVEL: O RACIOCÍNIO CRÍTICO

---

<sup>3</sup> O credo, como toda forma de doutrinação, é doentio e limitante. É, além disso, muito artificial: a criança deve decorar e decorar, como se a crença tivesse que ser fixada a ferro e fogo num mármore mental. Observemos, incidentalmente, que os Credos como regras de doutrinação ou reforço só fazem sentido para as crenças *acríticas*. Os cientistas e os filósofos –que explicitamente aceitam regras críticas como ‘Procure contraexemplos’ ou ‘Jamais acredite no que não se pode duvidar’– não precisam de credos para reforçar suas crenças científicas ou filosóficas –eles não recitam “creio na Teoria da evolução”, “creio nas teorias de David Hume” etc.–, pois eles não têm crenças para chamar de ‘suas’, já que podem (e preferem) mudá-las conforme novas evidências forem surgindo. A maioria de nós, como pessoas da rua –que, a partir da experiência aceitamos tacitamente regras críticas como ‘ver para crer’–, não precisamos de credos para nos fazer lembrar de acreditar em nossas crenças do dia a dia, como a de que o chão é sólido ou a de que uma pedra que vemos branca é branca, porque para nós é suficiente o que nossa experiência nos lembra e o que nossos sentidos nos mostram. “É suficiente”, diremos: “está fora de dúvida razoável”.

Já afirmei que os filósofos classificam as fontes de crenças em função de sua qualidade epistêmica, e que, em particular, em suas taxonomias o raciocínio crítico –assim como a experiência e a razão– figura como uma “fonte de crenças epistemicamente confiável”, essencialmente, porque é a única fonte que encadeia as crenças com as evidências e as razões que a realidade oferece.

Para as finalidades deste texto, podemos definir o pensamento ou raciocínio crítico como o conjunto de ferramentas, dicas, orientações etc. que nos ajudam a desenvolver as habilidades cognitivas e emocionais que nos permitem identificar evidências e razões para, assim, construir argumentos que possam justificar as afirmações e hipóteses que explicitam nossas crenças. O raciocínio crítico nos ajuda a reconhecer falácias e vieses cognitivos, a analisar uma situação, a esmiuçar a realidade e ponderar de modo flexível as evidências disponíveis; também, e principalmente, a ter empatia, a nos imaginar nas circunstâncias e nas mentes de outras pessoas; finalmente, a avaliar nossas representações da realidade, i.e., nossas crenças, e confrontá-las com a própria realidade. Dito em outros termos, o raciocínio crítico orienta tanto a crítica das nossas crenças sobre a realidade cotidiana quanto os processos de justificação das nossas teorias científicas. De fato, as metáforas utilizadas para designar o raciocínio crítico ao longo da história expressam visualmente algumas dessas funções: “balança” para pesar crenças (Epicteto, séc. I), “leme” para evitar o naufrágio (Brant, séc. XV), “tocha” ou “lanterna” para iluminar a escuridão, “bússola” ou “fio do labirinto” para nos ajudar a fugir da “selva das selvas” da ignorância (Bacon, séc. XVII), “telescópio da mente” (Galileu, séc. XVII), “farol” (Popper, séc. XX), entre tantas outras denominações.

Uma referência histórica sobre a função do raciocínio crítico pode nos auxiliar a compreender rapidamente a importância do tema que aqui pesquisamos. Steven Pinker destaca um reconhecido precedente da oposição entre o raciocínio crítico e algumas fontes de crença (epistemicamente) ruins:

“Se existiu algo que os pensadores do Iluminismo tiveram em comum foi a *exigência de que se aplicasse vigorosamente o critério da razão* para entender o mundo, em vez de recorrer a geradores de ilusão como a fé, o dogma, a revelação, a autoridade, o carisma, o misticismo, o profetismo, as visões, as intuições ou a análise interpretativa de textos sagrados” (PINKER, 2018, II; *italico meu*).

Com seus erros, seus claro-escuros e suas contradições, esse *animus* iluminista esteve muito presente, pelo menos como ideal, desde o Renascimento e a Revolução científica até há poucas

décadas. A atual confluência de diferentes tecnologias –redes sociais, internet etc.– e de tendências emocionais –fascismo, pós-verdade etc.– em bolhas de falsidades e ignorância, nos leva a questionar se o “critério da razão” poderá permanecer.

Observemos que quando Pinker fala da fé, do dogma, da revelação, das visões etc., ele as caracteriza, muito adequadamente, de ‘geradores de ilusão’, porque, por serem fontes *distanciadas da realidade* e por serem procedimentos arbitrários, é isso que são; fontes epistemicamente ruins. ‘Geradores de ilusão’ é uma boa expressão, porque explica por que, apesar do grau de absurdo de muitas crenças que provêm dessas fontes –isto é, por serem irracionais e ineficazes– tendemos a acreditar nelas.

### 3. UMA FONTE DE CRENÇA EPISTEMICAMENTE NÃO CONFIÁVEL: A ORAÇÃO

Oração, prece, reza. O *Smith's Bible Dictionary* afirma que “O instinto da oração é solenemente sancionado e reforçado em cada página [da Bíblia]. Não apenas afirma o efeito subjetivo [da oração]; também *sua real eficácia objetiva*, como um meio designado por Deus para obter bênçãos, está implícita e expressa [nas Escrituras] nos termos mais claros” (SMITH, 1990, p. 586)<sup>4</sup>. Muitos outros textos compartilham essa concepção (cf., por exemplo, *A Concise Encyclopedia of Philosophy of Religion*, de Thiselton). Se ela é correta, podemos destacar duas afirmações: ‘*A oração é um rito central da religião (ou, pelo menos, da Bíblia)*’, e ‘*A religião (ou, pelo menos, a Bíblia) pressupõe a real eficácia objetiva da oração*’. Entendo que essas duas afirmações são compartilhadas pela maioria das pessoas em nossa cultura, razão pela qual podemos destacar uma terceira afirmação: ‘*As pessoas (principalmente os crentes) acreditam que a oração tem uma real eficácia objetiva*’. De fato, essa crença é assumida pela maioria dos religiosos. “Santo Agostinho não tem nenhuma dúvida filosófica acerca da *eficácia da oração intercessora de sua mãe*”, comenta um especialista em filosofia da religião (THISELTON, 2002, p. 23).

Dizem –ainda que suspeito que seja uma *fake news* contemporânea– que os monges do convento em que vivia Santo Tomás diziam –e espero que seja uma *fake news* medieval– que Tomás rezava a Deus solicitando um lugar especial no palco dos céus para poder desfrutar do sofrimento dos seus inimigos no Inferno. Essa é uma petição sobre a qual seria difícil determinar sua eficácia; porém, se Tomás realmente fez esse pedido, foi porque acreditava que a oração era eficaz. Também os políticos assumem a eficácia objetiva da oração: O presidente do México

---

<sup>4</sup> O *Smith's Bible Dictionary*, redigido originalmente em 1884 e constantemente atualizado, é considerado uma das fontes mais “confiáveis”, e até tem um aplicativo para as pessoas que “desejem estudar a Palavra de Deus mais profundamente”. Cf. <[play.google.com/store/apps/details?id=smithbible.smithsbibledictionary.smithsdictionary&hl=pt\\_BR&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=smithbible.smithsbibledictionary.smithsdictionary&hl=pt_BR&gl=US)>.

disse que seu “escudo protetor” contra a COVID é a oração “Detenha-se, inimigo, o coração de Jesus está comigo” (JORNAL 1, 2020). Poderia continuar com as citações; *o que todas elas certificam é que os textos religiosos e as pessoas em geral acreditam na real eficácia objetiva da oração*. Meu objetivo aqui é analisar e questionar criticamente essa crença.

O *Smith's Bible Dictionary* também indica que “As Escrituras não dão nenhuma explicação teórica do mistério associado à oração” (*Ibid.*). Isso não é grave para a análise, já que longe de tentar me centrar em questões metafísicas relativas ao mistério associado à oração, vou me centrar em questões empíricas relativas à sua “real eficácia objetiva”, isto é, no fato de se ela funciona ou não.

O termo ‘eficácia’ pode parecer estranho em um contexto de filosofia e de religião, mas, como vimos, é formulado explicitamente nos textos acadêmicos de religião, e está implícito nas afirmações dos textos sagrados e pressuposto pelos crentes no poder da oração. Com esse comentário pretendo enfatizar que somente estou jogando o jogo com as regras da teoria e da prática da oração que propõe a própria religião. E aqui enfatizo a observação que fiz na Introdução com relação ao fato de que para o cristianismo até as práticas religiosas *estão precedidas e ditadas por credos*. Como vimos, no cristianismo a oração é parte de um sistema de crenças, motivo pelo qual, neste caso, *o exercício da oração submete a crença ‘A oração tem uma real eficácia objetiva’ ao teste de eficácia, pelo qual essa crença, caso não exiba uma ‘real eficácia objetiva’ poderá ser julgada como suspeita de falsidade. Em outras palavras, não considero os aspectos emocionais relacionados com a oração entendida como um “curso de ação espiritual”*.

Os textos de filosofia da religião identificam ‘tipos’ de oração (cf., por exemplo, CREEL, 2014, p. 183). As classificações de cada especialista são levemente diferentes, mas, em geral, estes são os principais tipos de oração caracterizados: orar em favor de outras pessoas (‘Intercessão’, cf., p. ex., ROMANOS 10.1); orar para glorificar a bondade de Deus (‘Adoração’ ou ‘Louvor’, cf. por exemplo, SALMOS 103: 1); orar para agradecer a Deus (‘Agradecimento’, cf., p. ex., SALMOS 75); orar para solicitar coisas ou ações a Deus (‘Petição pessoal’, cf., p. ex.: MATEUS 21: 22); orar para confessar pecados e preocupações (‘Conversação’, cf. p. ex., 1 PEDRO 5: 7) etc.

Neste trabalho pretendo analisar criticamente somente a oração religiosa por excelência; possivelmente a mais utilizada (depois da ‘Petição pessoal’), a *‘intercessão’ ou ‘oração intercessora’*.

### 3.1. A ORAÇÃO INTERCESSORA E A REALIDADE

A oração intercessora, como adiantamos, consiste em pedir a um deus, aos anjos, aos santos etc. que intercedam orando em favor da saúde de determinadas pessoas, contra o início de uma guerra, em favor do fim de uma pandemia etc.; em síntese, e supostamente, em favor da realização de objetivos considerados, consensualmente, ‘bons’.

As pessoas que acreditam no poder da oração intercessora entendem que essa oração tem “eficácia” inclusive quando o objeto da oração estiver do outro lado do mundo. Essas pessoas também entendem que quanto maior a quantidade de intercessões maior será a eficácia da oração.

A crença de algumas pessoas no poder da intercessão é tão grande, que até contratam “*personal peregrinos*”, ou seja, pagadores de promessas de aluguel, para que peregrinem ou rezem *em lugar delas* (cf. BUSINARI, 2024). Uma intercessão elevada ao quadrado, uma terceirização da intercessão. Nada de novo: Os antigos “rezadores de ladainha” faziam a mesma tarefa, e tinham muita demanda. A “rezadora oficial” de *Morte e vida severina* versifica isso com clareza: “Devo rezar tal rosário/ até o mar onde termina,/ saltando de conta em conta,/ passando de vila em vila”. (Não pense que os peregrinos por contrato são mercenários da fé. Eles seguem uma ética rigorosa: cada peregrinação, por exemplo, deve estar vinculada a uma única promessa e a um único cliente. “Não aceito fazer pacotes”, afirma categoricamente um desses profissionais (cf. TARDÁGUILA, 2007).

É importante destacar, novamente, que a eficácia da oração que aqui questiono é a da denominada ‘oração intercessora’, isto é, não discuto a eficácia da ação de orar para a pessoa que ora, como seriam os casos de oração ligados à adoração ou ao agradecimento. Nesses eventos, o ato de rezar pode proporcionar conforto à pessoa que reza, seja por uma mudança emocional ou pela crença de estar em contato com uma entidade sobrenatural. Poderíamos argumentar que esses casos, assim como os de quem medita ou dança transe, não se enquadram na categoria ‘religião’, mas sim na categoria ‘espiritualidade’. Neles, a questão que surge não é ontológica, ou seja, não está relacionada à existência ou inexistência de uma divindade atuante, mas sim psicológica: determinar se a crença em uma divindade funciona como um efeito placebo.

Antes de iniciar a análise, adianto que a pesquisa sobre a oração intercessora possui um longo histórico –de refutações. Francis Galton, renomado cientista do século XIX, considerava que “a eficácia da oração [...] é um assunto legítimo e totalmente apropriado para a investigação científica” (GALTON, 1872, p. 268). Com isso em mente, decidiu investigar esse tipo de oração. Ele comparou os índices de mortalidade de diferentes profissões, como advogados e médicos, com os índices de mortalidade dos sacerdotes (a pesquisa, é claro, não levou em conta as mortes por acidentes). Tudo indicaria que os sacerdotes, que têm como profissão rezar, e que são objeto

constante das orações intercessoras de seus fiéis, teriam que ter uma vida muito mais longa, sã e feliz do que pessoas das outras profissões. Errado; não foi isso o que o estudo de Galton mostrou: os religiosos profissionais não têm vidas muito longas –artistas, famosos por suas vidas boemias e dissipadas, e cientistas, reconhecidos por suas vidas pouco religiosas, sim. Galton concluiu que, nesse caso, “A eficácia objetiva da oração foi decididamente negativa” (*ibid.*).

Há poucos anos, a desbravadora pesquisa de Galton foi checada por uma sólida pesquisa contemporânea. Tal pesquisa está fora de toda suspeita, pois foi financiada por uma fundação hiper-religiosa e desenvolvida por uma equipe de cientistas explicitamente crentes. Resultado da pesquisa: não há o que fazer; a oração intercessora não funciona, *não tem eficácia* (cf. BENSON *et al.*, 2006).

Esses resultados, obviamente, não abalam a paixão religiosa. “Deus quer que acreditemos com base nas promessas da Bíblia e não em pesquisas científicas”, disse um sacerdote (cf. MAASS, 2016). Poderíamos tentar fazer esse senhor ver que as pesquisas científicas simplesmente explicitam *o que a realidade mostra*, e que nesse caso a realidade mostra que as promessas de eficácia da Bíblia são promessas que não se cumpriram, que, na realidade (pelo menos, na realidade ‘material’), as orações não funcionaram. Só por curiosidade, seria interessante saber o que esse sacerdote teria dito se os experimentos tivessem mostrado que as orações sim funcionam.

#### 4. UM EXEMPLO DE EFICÁCIA

Já defini os conceitos de crença, de fonte de crença, de raciocínio crítico, de oração e de oração intercessora. Falta somente detalhar com maior precisão o conceito de eficácia. No que resta do trabalho falarei do teste de eficácia, forma pautada de avaliação que podemos considerar um caso concreto de critério de realidade; aqui, somente apresentarei um acontecimento trivial que permite vislumbrar o núcleo do tema central do trabalho.

O acontecimento tem a ver com um tornado devastador que atingiu Oklahoma. Dias depois da tragédia, o jornal *MTVNews* publicou a seguinte *hashtag*, elogiando a três famosas divas do *pop*: “Beyoncé, Rihanna & Katy Perry enviam orações para Oklahoma. #RezePorOklahoma” (JORNAL 2, 2013).

Nos comentários da *hashtag*, o comediante Ricky Gervais escreveu: “Me sinto um babaca... Eu só enviei dinheiro. #RealmenteFaçaAlgoPorOklahoma” (*op. cit.*). Ele observou que “rezar por algo, mas não fazer nada para que isso aconteça, tem o mesmo efeito que escrever para o Papai Noel sem que a mãe leia a carta”.

A piada do exemplo é superficial, mas, entendo, revela que há duas cosmovisões em jogo, cosmovisões em grande parte opostas, que geram o que poderíamos denominar uma ‘guerra de crenças’. Por um lado, uma visão religiosa desapegada da realidade (e, inadvertidamente, da humanidade), que supõe poder fazer mudanças na base do desejo e da vontade; por outro, uma visão laica que pretende mudar a realidade fazendo algo em termos de ações efetivas com resultados reais. A cena do exemplo só retrata mais uma consequência dessa oposição, tão corriqueira que pode passar despercebida para aqueles que leem a matéria do jornal adormecidos pelas suas crenças naturalizadas.

“Rezar por algo”, ou “fazer algo (diferente de rezar) para que isso aconteça”? Apegados a sua realidade devastada, as pessoas que perderam tudo em Oklahoma poderão responder qual tipo de cosmovisão *realmente* possibilita reconstruir suas casas, e suas ruas... Nada mais apropriado, nesse caso, do que a definição pragmática de realidade oferecida por um historiador contemporâneo: “Nada é real se não acaba nas ruas” (SNYDER, 2017, §13). Essa definição pode ser expandida ao nosso conceito: *Nada é eficaz se não acaba nas ruas*.

## 5. UMA DISTINÇÃO SELVAGEM: A “DIMENSÃO ESPIRITUAL” E A “DIMENSÃO MATERIAL”

Um último comentário sobre a posição que aqui adoto com relação à eficácia. No livro *O ramo de ouro*, o antropólogo James Frazer descreve as crenças religiosas e os ritos dos povos ‘primitivos’. Em uma passagem do seu livro, ele faz o seguinte comentário, que compartilhamos, em que questiona com ironia a interpretação contemporânea da interpretação dos povos primitivos de suposta eficácia de uma cerimônia ‘intercessora’:

“Uma cerimônia para invocar [a chuva] será sempre seguida, mais cedo ou mais tarde, do acontecimento que se pretendia provocar, mas o homem primitivo é desculpado por considerar o acontecimento [...] como a melhor prova possível da sua eficácia” (FRAZER, 1981, p. 52).

No livro *Observações sobre o ramo de ouro*, Wittgenstein analisa em detalhe o texto de Frazer. Sobre a passagem citada, ele comenta: “Frazer é muito mais selvagem do que a maioria de seus selvagens, pois estes não estariam tão distantes da compreensão de *algo espiritual* como [ele] está” (WITTGENSTEIN, 1992, p. 65; grifo meu).

O presente artigo também seria acusado de ‘selvagem’ por Wittgenstein, mas tudo bem.

Wittgenstein parece adotar uma posição análoga à do Papa Francisco, que diz: “A oração transforma sempre a realidade, sempre; se [i] não mudam as coisas ao nosso redor, [ii] pelo menos nós mudamos, o nosso coração muda” (FRANCISCO, 2023; os colchetes são meus). Eles destacam que existe [ii] uma espécie de “dimensão espiritual” na oração, e supõem que em práticas como a invocação da chuva e as preces os participantes bem podem sair mais felizes ou mais tristes, mais esperançados ou mais desesperados etc. Como adiantei, não há nada que apoiar nem objetar a esse respeito; talvez a oração mude o coração das pessoas, de modo análogo ao que faz a meditação zen<sup>5</sup>. Nesse sentido, quem sabe, talvez se possa dizer que a oração é eficaz.

Este texto não pesquisa a “dimensão espiritual”. Porém, Wittgenstein implicitamente, e o Papa explicitamente, fazem referência a, digamos, [i] uma “dimensão material”, que engloba, como diz o Papa, “as coisas ao nosso redor”. É no âmbito dessa dimensão que este texto trabalha. Nessa dimensão, como negar que não choveu se de fato não choveu, que uma montanha não se moveu se efetivamente não se moveu, que a pandemia não finalizou se continuou etc.? (Em síntese: *que nesses casos as orações não foram eficazes porque não acabaram nas ruas*. O próprio Papa, especialista no assunto, reconhece, com seu condicional “se”, que as coisas bem podem não mudar ao nosso redor –quer dizer, nas ruas). E como negar que os homens primitivos invocavam a chuva porque precisavam da água *imediatamente*, que, como veremos, a Bíblia assegura que se ordenar a uma montanha: ‘Levante-se e atire-se no mar’, “*assim será feito*” e que os “maiores líderes religiosos” garantiram que a COVID-19 “*está com as horas contadas*” (horas, não dias ou anos)? Então: como poderia ser selvagem interpretar que *na realidade as orações destinadas a que tudo isso aconteça não funcionaram* (apesar de serem elaboradas para funcionar na realidade), que *são práticas ineficazes* (apesar de prometerem eficácia nas “coisas ao nosso redor”), que o resultado variável e tardio é uma frustrada tentativa de salvar a crença com um recurso selvagememente *ad hoc*?

## 6. O RACIOCÍNIO CRÍTICO VS. A ORAÇÃO NA PANDEMIA

Cenário real: pandemia. Muitas pessoas, levadas pela fé, defenderam que ‘Jejum e preces curam a COVID-19’ e que, portanto, era necessário fazer jejum e rezar; outras pessoas, orientadas pelo raciocínio crítico e pelo raciocínio científico, argumentaram que ainda não havia cura para a COVID-19, e que o aconselhável até se obter uma vacina era fazer quarentena, manter distanciamento social, usar máscaras e nunca deixar de lavar as mãos com água e sabão

---

<sup>5</sup> Existem muitos estudos em psicologia evolucionista e neurociência que mostram que a meditação zen ajuda a reduzir a ansiedade e os sentimentos negativos, assim como a *iluminar*, isto é, a despertar de delusões e de crenças irracionais (cf. WRIGHT, 2018).

–poderosíssima e econômica descoberta científica<sup>6</sup>. Crenças em conflito? Sim; apesar de neste caso a realidade falar claramente, aqueles que negaram a realidade e afundaram no absurdo gritaram mais forte –e até buzinaaram na frente dos hospitais (e sem usar máscaras). Destaquemos que além de termos crenças em conflito, no caso temos *fontes* de crenças em conflito.

Ficou registrado: em abril de 2020 o governo do Brasil fez uma “proclamação santa” em favor de uma “Campanha de jejum e oração nacional” para enfrentar o vírus. Os “maiores líderes religiosos” –e foram muitos!– apoiaram, e convocaram “o exército de Cristo”. Prometeram que “o Inferno iria explodir”, prenunciaram “uma grande vitória”, asseguraram que “o corona (*sic*) está com as horas contadas”<sup>7</sup>.

Foi considerado (antes de ser realizado) um Ato –Religioso? Político? Político-religioso?– importantíssimo: “A maior campanha de jejum e oração já vista na história do Brasil”! Foi divulgado em todos os meios de comunicação, demandando, com certeza, um alto investimento. Sim; é um caso claro de crenças privadas financiadas com recursos públicos. Mas o problema que nos ocupa não é esse obscuro desvio ético, mas o problema epistêmico que o caso apresenta: a implantação de crenças irracionais com perigosíssimas consequências físicas, psíquicas e éticas.

Ainda que a pandemia tenha sido um evento doloroso para todos, o Ato “de jejum e oração” é um caso ideal para análise. Porque foi um Ato organizado pela maioria dos líderes religiosos –todos, se supõe, profissionais do rezo. Porque dele participaram muitas pessoas –fato que, para a rede de crenças ligada à mitologia da oração, implica uma maior quantidade de intercessões e, portanto, maior poder da oração. Porque foi um caso que permitiu uma quantificação bastante precisa da dinâmica e extensão do vírus, já que Entidades e Organismos de diferentes países acompanharam minuciosamente a evolução da COVID (basta ver os gráficos da *Johns Hopkins University & Medicine* para verificar isso). E, principalmente, porque o caso permitiu visualizar as consequências terríveis que pode ter a manipulação política e religiosa da aparentemente ‘inocente’ crença na oração: todos (pelo menos, qualquer pessoa com um olhar medianamente crítico) tiveram a possibilidade de vislumbrar o que teria acontecido com a pandemia em contextos ideologicamente desvirtuados. Momento do calafrio: e se tivéssemos estado em uma ditadura consolidada ou em uma teocracia materializada?

---

<sup>6</sup> Hoje existem vários tratamentos antivirais e anti-inflamatórios de eficácia comprovada contra a COVID-19 (não; a cloroquina não está –e nunca esteve– entre eles). Se os pesquisadores tivessem ficado nas fantasias da oração e da cloroquina, não teríamos os tratamentos eficazes de que hoje dispomos.

<sup>7</sup> Cf., GREGÓRIO, 2020 e VÍDEO 1, 2020. O cartaz de divulgação do Ato trazia a seguinte citação bíblica: “Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar e orar, buscar a minha face e se afastar dos seus maus caminhos, dos céus o ouvirei, perdoarei o seu pecado e curarei a sua terra” (2 Crônicas 7: 14; cf. GREGÓRIO, 2020). A mensagem (e a interpretação consensual da mensagem) era clara: se você se humilhar e orar etc., *Deus eliminará a COVID-19*.

## 7. UM CRITÉRIO CRÍTICO DE EFICÁCIA: A REGRA DE REFUTAÇÃO

Com uma lupa crítica, podemos nos centrar no caso do Ato de “jejum e oração nacional” organizado pelo governo e por vários pastores para deter o coronavírus com “jejum e preces”. Temos algum motivo para acreditar neles, mesmo que eles sejam muitos? O raciocínio crítico nos dá uma regra ou padrão definitivo que responde ‘Não!’ Não temos que acreditar neles, nunca, a menos que, negligenciando Marco Aurélio, nos resignemos a acreditar em crenças impossíveis como “é próprio de loucos” (MARCO AURÉLIO, 180, V.17). Essa regra que responde ‘Não!’ é a *regra crítica de refutação*.

A regra de refutação é muito antiga. Foi enunciada no século III a.C. pelo filósofo grego Teofrasto. Ela especifica que:  $H \rightarrow o$ ;  $\text{não-}o$ ;  $\text{não-}H$

Não se assuste com os símbolos; o assunto é bem simples. Os pastores que participaram do Ato no Palácio da Alvorada defendiam que é verdade que “jejum e preces curam a COVID-19” (essa afirmação é a hipótese  $H$  da regra de refutação).

Para avaliar a hipótese  $H$ , é só observar –fatos, quadros, estatísticas etc., ou resultados de experimentos. Os dados oficiais registraram que no dia anterior ao do Ato de jejum e oração (05/04/2020) morreram 54 pessoas, e que até esse dia o total de óbitos acumulado era de 486. Portanto, se  $H$  fosse verdadeira, nos dias seguintes teríamos que observar (o  $o$  da regra) que as mortes diminuiriam (ou, pelo menos, que permaneceram estáveis). Porém, na mesma noite do Ato, as agências de notícias informaram que houve no Brasil várias dezenas de mortos, e o número de decessos aumentou rapidamente com o passar dos dias, e nas semanas seguintes disparou em várias centenas, e o contador seguiu somando e somando, até exceder a alucinante cifra de 4.000 pessoas por dia (com um total de óbitos que superou os 700 mil!). Como sabemos, a curva de contágios permaneceu elevada durante muitas semanas, porque o contexto ideológico imperante adiou a implementação do programa de vacinação. Em outras palavras, observamos que *as mortes não acabaram tal* como foi prometido, isto é, notamos que a afirmação *o é falsa* (ou seja,  $\text{não-}o$ ). Disso podemos concluir, conforme a regra de refutação, que  $H$  é falsa ( $\text{não-}H$ ). Ou seja, que a realidade *não é* como a hipótese  $H$  propõe, que jejum e preces *NÃO* curam a COVID-19<sup>8</sup>.

A regra de refutação –que podemos considerar um rigoroso teste de eficiência– só ajuda a pôr em relevo o evidente, o manifesto, o óbvio, a realidade crua e nua.

---

<sup>8</sup> Sempre permanece aberta, é claro, a possibilidade de uma fuga *ad hoc*: Durante a peste negra que assolou a Europa, Langland, por exemplo, lamentou: “Deus está surdo e não se digna a nos ouvir, e as orações não têm poder sobre a praga”; paralelamente, Bartolo de Sassoferrato comentou: “Na época da grande mortandade do ano de 1348 do Nosso Senhor, a hostilidade de Deus foi mais forte que a do homem” (cf. TUCHMAN, 1978, V).

Destaquemos a beleza e utilidade da regra de refutação. Todos nós, cada um de nós, a partir da informação pública disponível (em nosso caso, *o*), podemos decidir se uma afirmação (em nosso caso, *H*) é ou não falsa. Desse modo, uma simples observação particular tem o poder de destruir uma afirmação geral que alguém propôs –uma afirmação que, como neste caso, pode ter implicações sociais muito ruins. Isso que nos leva a constatar a existência de um círculo vicioso: aqueles que acreditam nessas crenças acreditam a partir de fontes bem distantes dos padrões racionais: autoridade, revelação, tradição acrítica, fé etc.

O teólogo Vincent Brummer objeta que somente haveria refutação se alguém afirmasse: “Deus *invariavelmente* concede tudo o que pedimos” (BRUMMER, 2008, 5; grifo meu). Estritamente, o que ele afirma é correto. Suponho que a Bíblia em nenhum lugar afirma *explicitamente* “Deus invariavelmente, continuamente, sempre, repetidamente, regularmente, reiteradamente, inalteravelmente, sistematicamente etc. concede tudo o que pedimos”. Porém, isso faz com que não possamos usar o teste de eficácia?

Viagem à ficção: imaginemos que alguém, J., digamos, nos promettesse “Eu asseguro que, se vocês tiverem fé e não duvidarem, poderão [...] dizer a esta montanha: ‘Levante-se e atire-se no mar’, e assim será feito. *E tudo o que pedirem em oração, crendo, receberéis*” (MATEUS 21: 21-2 e 17: 20). Se qualquer um de nós –o sujeito S., digamos– ordenasse à montanha: “Levante-se e atire-se no mar!” e a montanha o ignorasse, com certeza exclamaria: “Ei, assim *não* foi feito! O meu pedido *não* se cumpriu!”. E se J. lhe respondesse “acontece que Deus não concede *invariavelmente* tudo o que pedirem em oração”, S. teria tudo o direito de responder: “Não consigo entender como é possível dar essa interpretação à promessa ‘E tudo o que pedirem em oração receberéis’ –e ênfase: você disse ‘*recebereis*’; você não disse ‘talvez recebais, talvez não’; se assim fosse, poucos pediriam. Iguamente, se a concreção do pedido em uma oração tem a frequência dos milagres, o que o diferenciaria de um milagre? Justiça tardia não é justiça; oração atendida tardiamente não é oração eficaz”. Dada sua infrequência e sua extrema variabilidade, bem podemos afirmar –e esta conclusão seria o resultado concreto da aplicação vigorosa do critério da razão à análise interpretativa de textos sagrados, como pretendia o iluminismo– que a oração *não supera o teste de realidade*; em outras palavras, que *é totalmente ineficaz*.

Nietzsche tinha afirmado que, “no cristianismo, nem a moral nem a religião têm algum ponto de contato com a realidade; só *causas imaginárias* (‘Deus’, ‘alma’, ‘Eu’, ‘espírito’, ‘livre-arbítrio’ –ou, melhor, ‘arbítrio não-livre’), só *efeitos imaginários* (“pecado”, “redenção”, “graça”, “castigo”, “perdão do pecado”)” (NIETZSCHE, [1888], §15). Tudo indica que *a oração intercessora é mais uma causa imaginária*.

Como bem observou C.S. Peirce em seu *A fixação das crenças*, o raciocínio crítico, raciocínio que está na base dos métodos da filosofia e da ciência, é o único que estabelece “*uma distinção entre um modo certo e um modo errado*”. Este é um elemento central, e geralmente negligenciado do pensamento crítico. O teste de eficácia é talvez o melhor exemplo desse modo certo de adotar crenças. Procedimentos como o pensamento autoritário e o pensamento mágico, procedimentos que estão na base dos aspectos doutrinários da religião, não distinguem “entre um modo certo e um modo errado”; simplesmente, legitimam pelo poder ou pela arbitrariedade os resultados que desejam.

## 8. A CÂNDIDA CRENÇA DAS RÃS

Robert Ingersoll fez faz tempo a seguinte analogia: “Pode ser que as autoridades religiosas realmente pensem que suas orações fazem bem e pode ser que as rãs imaginem que seu coaxar traz a primavera” (INGERSOLL, 1884). Ele não está descaminhado, pois, honestamente, dá para acreditar que os sacerdotes, pastores e políticos que convocaram a “Campanha de jejum e oração” acreditam no poder da oração? Só tendo a candura de rãs. Acho que sim dá para acreditar que o crente –aquele que não se beneficia de dízimos, reverências e votos– acredita honestamente, com a inocente crença de quem desconhece os processos causais e a ingênua credulidade de quem acredita que “fazer o bem” é fazer o que as autoridades dizem que os livros antigos dizem e ignora os mais elementais procedimentos de manipulação de crenças.

Até que orar é um gesto bonito: as pessoas pedem a um universo talvez com deus que a realidade seja de determinada forma –no caso que nos ocupa, sem COVID. Não é muito diferente, acredito, do que acontece nos estádios de futebol: as pessoas pedem a um universo talvez sem deus que a realidade seja de determinada forma –no caso, que o pênalti que decide o Mundial entre no gol, mas também –por que não?– poderiam pedir ser campeões mundiais em um mundo sem COVID. Talvez se possa dizer que torcer é como rezar sem religião, e que rezar é como torcer com religião. Com isto quero dizer que todos entendemos as boas intenções que abrange o gesto de orar –e o de torcer.

Para reforçar a afirmação de que compreendemos plenamente a importância concedida por muitas pessoas à ação de rezar, lembremos do filme de Frank Capra de 1946, *A felicidade não se compra*. O filme acompanha a vida de George Bailey, um vizinho exemplar. Em poucos minutos, todos aprendemos a admirar e a gostar de George: ele é amável, bondoso e tolerante (o fato de ser personificado pelo simpático James Stewart sem dúvida contribui para nossa empatia).

Mesmo não tendo muitos recursos, ele é generoso com todas as pessoas. George vive feliz com sua esposa e seus quatro filhos em sua pequena cidade, com tardes tranquilas sempre iguais.

Porém, em um Natal, uma série de episódios infelizes o levam a tal estado de desespero que ele pensa em se suicidar. Sua família e seus vizinhos, percebendo sua extrema angústia, começam a orar (com as melhores das intenções) pelo pobre George.

Nietzsche dizia que “A crença na vontade como causa dos efeitos é a crença em forças que agem magicamente” (NIETZSCHE, 1886, §127). Nietzsche tinha razão, e todos sabemos que no fundo todos sabemos que essa mágica não existe: a vontade e o desejo, assim como rezar ou torcer, não causam nenhum efeito na realidade –nem diretamente, nem triangulando com uma divindade onibenevolente. Porém, aqui e agora só importa notar que todos os personagens no filme e todos os espectadores no cinema rezamos pelo bem do bom George. Indubitavelmente todas as rãs do mundo também. Se há que rezar para salvar um personagem tão gentil como George, rezamos. Rezamos, mesmo descrentes, mesmo se tratando de um velho filme que, bem sabemos, *na realidade* não será magicamente alterado por nossa vontade.

Na tela, um anjo da guarda intercede e, com uma edição cinematográfica muito conveniente, convence George a continuar vivendo nesse maravilhoso filme. Que bom para ele! Finalmente, graças a um roteiro pouco realista, tudo se resolve para George, que continua vivendo sua maravilhosa vida de filme.

Não pode nos surpreender que em *It's a Very Merry Muppet Christmas Movie*, o cético Caco, o sapo (que na verdade é uma rã), faça uma homenagem a George.

Pois bem: depois de termos torcido tanto pelo George em preto e branco, depois de tantas coloridas emoções, quem poderia nos acusar de não compreender o poder simbólico da oração? Mas a questão é que essa não é a questão.

## 9. OS PERIGOS DE ACREDITAR IRRACIONALMENTE

O problema, obviamente, não são as preces, o jejum ou qualquer outro rito coletivo *em si mesmos*. Antigamente fazíamos sacrifícios humanos; então, progredimos. Se jejuar ou rezar fazem algumas pessoas se sentirem melhor, qual o problema? Nenhum do ponto de vista emocional. Se gostar de rezar, reze. Ou, melhor, faça meditação zen –ou, se preferir, dance música trance<sup>9</sup>. O resultado não será muito diferente –e será alcançado sem multiplicar entidades desnecessariamente.

A atividade de rezar ou jejuar, *em si mesma*, não tem nada de ruim “do ponto de vista emocional”. Uma pessoa pode ter que fazer jejum –para seguir um regime, para fazer um exame

---

<sup>9</sup> Existem estudos sobre o efeito da música trance na espiritualidade e na concepção ecológica (cf. MACCARI, 2021). Toda classe de música, apostaria, funciona (ou melhor, *quase* toda música). Ter um gato também ajuda.

médico etc.— e essa ação, em si mesma, não tem nada de problemática ou incorreta<sup>10</sup>. O problema reside na crença irracional de que jejuar *elimina* o coronavírus. Nesse caso, a crença, mais do que eliminar um vírus, o implanta: ela mesma funciona como um *vírus mental*. Desse modo, dá o primeiro passo ao Lado Sombrio —debilita nossas defesas críticas. Por isso William Clifford tem toda a razão: “Nosso dever consiste em nos protegemos [de crenças irracionais] *como se de uma epidemia se tratasse*, já que pode tomar conta do nosso próprio corpo, alastrando-se pelo resto da cidade” (CLIFFORD, 1877, I).

O problema, destaco, não é anímico, *é epistêmico*: e tem muitas faces. Por um lado, jejuar ou rezar não tem conexão com a existência e o agir do vírus. Existe zero evidência que apoie a crença contrária, apesar de esta estar incrivelmente estendida. Por outro lado, sabemos que aglomerações aumentam os contágios; existem evidências incontestáveis disso: em estádios, em cinemas —e em igrejas, como no contundente caso de uma igreja na Coreia do Sul, em que foram contagiadas mais de 5000 pessoas em um só Evento!

Aglomerações aumentam contaminações; logo, o Ato em frente ao Palácio da Alvorada em lugar de eliminar as mortes, *as potencializou*. Não é questão de crenças; é questão de fatos. Um velho provérbio diz: ‘Reza, mas não deixes de remar em direção da praia’. A cada uma das pessoas que estavam nesse Ato, alguém deveria ter dito: ‘Reza, mas deixa de remar em direção do abismo’.

Vamos insistir na importância de saber distinguir entre os aspectos anímico e epistêmico de um problema. Observei que rezar, dançar trance etc. são atividades válidas se forem realizadas por trazerem conforto —ou, como disse o Papa, para mudar “nosso coração”. Mas não seria curioso fazermos isso acreditando que, dessa forma, alteraríamos a realidade (externa)? Em alguns filmes, assistimos com triste condescendência a cenas de povos que dançam para fazer chover. E temos esse sentimento porque *sabemos* qual é o processo natural que gera a chuva, e sabemos que danças e cânticos aos céus não são a causa das gotas que caem crepitando no chão. Assim, não seria plausível imaginar que um povo mais evoluído do que nós teria o mesmo olhar indulgente se fôssemos *nós* que estivéssemos nos filmes jejuando ou rezando, ou dançando, ou realizando sacrifícios humanos para afastar um vírus?

Sim, porque tal atitude da nossa parte revelaria, no mínimo, ignorância dos mecanismos causais que regem a natureza. E, principalmente, porque também revelaria displicência ou negação sistemática das lições da história: não faltaram pessoas que rezaram contra a Grande

---

<sup>10</sup> Para medir os níveis de glicemia, por exemplo, os laboratórios exigem jejum. Questão instigante: imaginemos que uma pessoa que fez jejum para fazer um exame de sangue quer participar do Ato de “jejum e oração nacional” para enfrentar o vírus. Pode? Vale? O que importa é a ação de jejuar —o ‘sacrifício’ de pular voluntariamente o café da manhã—, ou o propósito para o qual essa ação é realizada?

Peste na Europa do século XIV –as ‘danças da morte’ são um registro lúgubre dessa patética tentativa. E não faltaram pessoas que nesses territórios ultra-cristãos ‘lutaram’ rezando contra o vírus –os ‘flagelantes’, grupos de milhares de pessoas que recorriam as cidades rezando e se açoitando (e espalhando o vírus jorrando sangue, suor e lágrimas), são só o exemplo mais radical (cf. SLAVICEK, 2008). Não adiantou de nada. Entre 30% e 60% de toda a população que dançava, jejuava e rezava morreu. Essa época nos legou centenas de imagens de caveiras e esqueletos –vários deles, dançando...

Outra lição da história também esquecida: no Brasil, não faltaram pessoas que rezaram contra a ‘gripe espanhola’ de 1918. E tampouco faltaram pessoas que se recusaram a se vacinar. E não só isso. A *fake news* da moda era: “O cloroquinino cura a peste” (SCHWARCZ e STARLING, 2020, VII)<sup>11</sup>. Sim, o cloroquinino, outro medicamento *oportunamente* mágico. Cloroquinino e cloroquina. A trágica cena parece uma farsa simplesmente porque desconhecemos ou porque ignoramos voluntariamente a história, e somente nos surpreende porque *fomos nós* que vivenciamos essa realidade, porque deixou de ser um relato distante...

Quero acreditar que não nos importamos com nossas crenças irracionais porque não dimensionamos quão perigosas elas são.

Loucura nas festas, nas artes e na vida, é bem-vinda e necessária. Mas em áreas como a política, não. Um Nero descontrolado no poder incendiou Roma e fez virar fumaça suas florestas e seu futuro. Um capitão cretino a cargo de um navio descontrolado o leva em direção ao desastre. Como observou uma especialista em loucura na política, “os loucos têm um contato flutuante e fugaz com a realidade, pois atravessam a fronteira que separa a ficção da realidade”. “No século XX”, especificou, “fomos testemunhas de como o desequilíbrio de uma única pessoa –um ditador– afetou a vida de milhões de pessoas –e talvez a do mundo inteiro. Exemplos incluem a psicopatia de Stalin, os delírios de Hitler e a senilidade de Mao-tse-tung” (GREEN, 2006, pp. 16-27).

Todos sabemos muito bem como continuar a lista de loucura na política no século XXI. E todos sabemos muito bem que o que vale para a política vale para a religião –ou, melhor dito, para a *má* religião<sup>12</sup>. E, obviamente, também vale para a área militar. Se não reparou nesse fato

<sup>11</sup> Sobre o cloroquinino, cf. o excelente livro *A bailarina da morte*, das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling. O livro mostra a importância das ciências humanas em geral, e a oportunidade que elas nos oferecem de aprender com os erros e acertos do passado. E ensina que sem história, e sem raciocínio crítico, estamos condenados a repetir erros –sempre como farsa.

<sup>12</sup> O poeta Antonio Machado distinguia uma “boa política” de uma “má política”. A boa política era aquela feita “com o rosto descoberto”; ou seja, “sem se disfarçar de outra coisa”, como quando se cobre com uma máscara como a da filosofia e a da religião (MACHADO, 1936, XVII). Poderíamos facilmente inverter a distinção, e diferenciar uma boa de uma má religião e afirmar que uma religião será necessariamente má quando se associa à política.

irrefutável, tenha muito presente a indelével ascendência autoritária dessas áreas enfatizada por Georges Bataille: “O poder fascista caracteriza-se pelo fato de que *sua fundação é a uma só vez religiosa e militar*” (BATAILLE, 1933, p. 258). É uma observação bem acurada. O romancista Sinclair Lewis defendia que “os homens de ritual e os homens de barbárie” podem destruir “tudo que vale a pena no mundo” (LEWIS, 2017, p. 349); outra observação precisa. Acho que os dois autores discorriam sobre os mesmos males e os mesmos inimigos. As pulsões que nos levam a orar, marchar e gritar bem podem estar na gênese do autoritarismo. Religião, militarismo e política bem podem ser fixadores do *páthos* fascista. Lembremos que a frase bíblica “exército do Senhor” utilizada nas Cruzadas, também foi empregada para convocar a “Campanha” de oração contra a COVID. Por isso, quando você vir pessoas orando ou marchando ou discursando aos gritos, distancie-se discretamente –ou fuja rapidamente.

## 10. O LADO B DA ORAÇÃO INTERCESSORA

Infelizmente, a oração intercessora não é eficaz. “Infelizmente”, escrevi com toda naturalidade. E, antes, anotei sem hesitar: “orar é um gesto bonito”. Sim, porque a tradição e o clima de opinião nos ensinaram a acreditar que a oração é uma ação do bem. Mas, o que isso significa? E se essa for mais uma crença irracional que internalizamos acriticamente por estar normalizada em nossa sociedade? Tal dúvida nos autoriza a indagar: a oração é uma ação do bem *e somente* do bem?

Um livro de História das religiões formula esta bonita caracterização de ‘religião’, que até gera nostalgia: “A religião oferece um carnaval de imagens e sons; explode suas cores na forma de rituais e mitologia” (SHOULER, 2010, 5). Acho que essa caracterização tem algo de acertado, e que destaca o lado positivo da religião. Deve, em poucos momentos, ter havido imagens, cores, sons e bondade nessa área.

Mas os poucos raios de Sol que os iluminavam foram embora. Nestes dias e neste lugar essa caracterização colorida não descreve em absoluto a realidade. Ou, no melhor dos casos, só descreve a reduzida parte favorável da qual faz pouco falamos, a dimensão espiritual da religião. Em outras palavras, aqui e agora não dá para ver nenhum carnaval de imagens, bondade e sons. Pois: O que têm a ver essas violentas pessoas que se apresentam como líderes religiosos, as igrejas-empresa contemporâneas, as proto-teocracias, as bancadas políticas da Bíblia, da Bala e do Boi com essa alegre caracterização de ‘religião’? Nada, absolutamente nada. Representam uma ‘religião’ degradada, uma religião que separa, que não religa.

---

Assim, seria possível concluir que os atuais políticos ‘pastorizados’ (e pasteurizados) não têm nada a ver com a boa política, e que os pastores politizados não têm absolutamente nada a ver com uma honesta religião.

Seria maravilhoso que funcionasse, se invariavelmente, continuamente, sempre etc. a religião, e com ela a oração, fosse uma ação do bem. Porém, se alguma vez a religião foi um conjunto de práticas e crenças invariavelmente do bem, acho que hoje se confirma o que Francis Bacon disse com relação às ciências e às artes: “todas as coisas boas do mundo se podem degradar, promovendo a maldade” (BACON, 1620, I.129). Sim, todos conhecemos casos atuais em que a oração e a rede de crenças que a sustenta têm se degradado, fomentando a maldade.

Quando olhamos para a situação com atenção, quando nos distanciamos do clima de opinião, quando tomamos consciência crítica de que temos uma visão dominada por uma crença confortável e naturalizada, podemos, e sem muito esforço, achar anomalias.

A oração é uma ação somente do bem? Julgue você mesmo:

1. O primeiro presidente do Quênia observou que “Quando os missionários chegaram, os africanos tinham a terra e os missionários tinham a Bíblia. Eles nos ensinaram a rezar de olhos fechados. Quando nós os abrimos, eles tinham a terra e nós tínhamos a Bíblia” (KENYATTA, *apud* WALKER, 2011, p. 145).

2. Já no século I. a.C., o grande poeta Horácio redigia uma lista dos fenômenos e entidades que podiam ser convocados com preces e invocações: “Ilusões, terrores mágicos, milagres, bruxas, espectros noturnos, presságios da Tessália...”. (HORÁCIO, *apud* MONTAIGNE, 1595, I.xxvi.)

3. Em 1933, uma igreja luterana mandou rezar um “culto de ação de graças” pela chegada dos nazistas ao poder e agradecer a Deus “pela eliminação dos judeus da Alemanha” (MAGALHÃES, 2013).

4. Políticos fascistas, que são moralmente ruins, recebem muitas ondas divinas, pois é quase um clássico que muitas pessoas rezem pelas almas de tétricos personagens como Franco, Pinochet e Mussolini (cf., por exemplo, JORNAL 3, 2009).

5. Que muitos sacerdotes rezem pela morte do Papa habilita a interpretação de que utilizar a oração para o mal não é algo incomum (cf., JORNAL 4).

6. Manchete de jornal de 2021: “Pastor ora pela morte de [comediante]” (cf., JORNAL 5).

7. Autodenominados ‘cidadãos do bem’ rezaram em favor de um fato objetivamente do mal como um golpe contra a democracia (cf., JORNAL 6).

Realmente, se soubermos olhar, encontraremos muitos casos cotidianos dessa classe, todos alimentados por uma cruel distorção ética e cognitiva.

Poderíamos seguir elencando exemplos e exemplos, mas o fato de existirem tantos nos leva a pensar: se a oração funcionasse, seria sempre uma ação do bem ou poderia ser uma ação do mal? Por um lado, eu poderia ter meu desejado milhão de dólares, e isso seria muito bom (para mim);

por outro lado, a Terra poderia se encher de entidades destrutivas e maldosas, e isso, definitivamente, seria muito ruim (para todos).

Se a oração fosse de fato eficaz, o mundo se encheria rapidamente de entidades destrutivas e maldosas? O que você acredita?

Vamos analisar uma das possibilidades, apenas para descartá-la: se a oração fosse eficaz, talvez houvesse tantas orações pelo bem quanto pelo mal, estabelecendo um equilíbrio frágil. Supondo, de forma otimista, que em um mundo onde a oração é eficaz existisse uma paridade entre as orações para o bem e as orações para o mal, poderíamos concluir que esse mundo *não seria muito diferente do que o atual, em que as orações não são eficazes*. Um técnico de futebol fez esta sábia observação que resume bem essa questão: “Se macumba ganhasse jogo, campeonato baiano terminava empatado”. O que vale para a Bahia, é claro, vale para o resto do mundo.

Restam então duas possibilidades: ou haveria mais orações para o bem ou haveria mais orações para o mal. Temo que os dados disponíveis dão maior peso à possibilidade pessimista: haveria *mais* orações para o mal. Estudos indicam que, nas redes sociais, as mensagens hostis são muitíssimo mais virais do que as mensagens gentis (cf., JORNAL 7, 2021). Se considerarmos que orações e mensagens *são formas de comunicação*, e que as duas são formas de comunicação *virtuais*, podemos utilizar essas analogias como argumento e temer que, efetivamente, haveria mais orações intercessoras voltadas para o mal. Essa conclusão leva a um paradoxal corolário: as pessoas que acreditam na oração intercessora gerariam *mais mal* do que aquelas que não acreditam.

De qualquer forma, temos que nos alegrar de que as pessoas que acreditam na oração intercessora continuem acreditando no seu poder apesar de que estas não são eficazes, pois, caso contrário, em lugar de limitarem a estereis e obscuras invocações, os aprendizes de bruxos poderiam recorrer a ferramentas mais concretas e eficazes *no mundo real*, com consequências potencialmente graves. Podemos concluir, portanto, que a ineficácia da oração intercessora tem funções sociais positivas.

## CONCLUSÃO

Fiz várias afirmações; algumas –contextuais ao tema analisado– só foram descritas e exemplificadas: ‘A oração é um rito central da religião (ou, pelo menos, da Bíblia)’; ‘A religião (ou, pelo menos, a Bíblia) pressupõe a real eficácia objetiva da oração’. Outras afirmações –centrais ao tema analisado– foram sustentadas com argumentos. A primeira delas foi defendida com argumentos razoáveis e com exemplos eloquentes: ‘A oração, como permitem concluir os

casos analisados, não possui real eficácia objetiva'. A segunda afirmação, 'A oração –quer dizer, a crença no poder da oração– pode ser perigosa tanto para o crente quanto para os que o cercam', foi sustentada com observações que estimo razoáveis, mas que certamente requerem ser complementadas. Por fim, a terceira afirmação, 'A oração pode ser degradada e utilizada tanto para desejar o bem quanto para desejar o mal', segue em uma direção promissora, acredito, mas aguarda ser questionada e aprimorada pelo leitor.

## REFERÊNCIAS

- BACON, Francis (1620). *Novum Organum*. S.P.: Abril, 1979.
- BATAILLE, Georges (1933). “A estrutura psicológica do fascismo”, *Remate de males*. 41: 238-67, 2021.
- BATCHELOR, Stephen (1997). *Buddhism without Beliefs: A Contemporary Guide to Awakening*. N.Y.: Riverhead.
- BENSON, H. *et al.* (2006). “Study of the Therapeutic Effects of Intercessory Prayer (STEP) in Cardiac Bypass Patients”, *American Heart Journal*. 151: 934-42.
- BRUMMER, Vincent (2008). *What Are we Doing When We Pray*. N.Y.: Routledge.
- BUSINARI, Maurício (2024). “Pagador de promessas de aluguel, ele vende peregrinação por R\$ 14 mil”, *UOL*, 12/06/2024. <[noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/06/12/profissao-da-fe-personal-peregrin-o-cobra-em-euros-para-pagar-promessas.htm](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/06/12/profissao-da-fe-personal-peregrin-o-cobra-em-euros-para-pagar-promessas.htm)>. Acesso em: 05/05/2024.
- CLIFFORD, William (1877). “La ética de la creencia”, in Valdés Villanueva, Luis (ed.) (2003). *La voluntad de creer: un debate sobre la ética de la creencia*. Madrid: Tecnos, 91-134.
- CREEL, Richard (2014). *Philosophy of Religion: The Basics*. Pondicherry: SPi Publisher.
- FRANCISCO (2023). <[vaticannews.va/pt/palavra-do-dia/2023/03/02.htm](https://vaticannews.va/pt/palavra-do-dia/2023/03/02.htm)>. Acesso em: 08/06/2024.
- FRAZER, James (1981). *La rama dorada*. México D.F.: F.C.E.
- GALTON, Francis, [1872], “Statistical Inquiries into the Efficacy of Prayer”, in F. Galton, [1883], *Inquiries Into Human Faculty And Its Development*. N.Y.: Macmillan, 268-81, 2001.
- GRAY, John (2018). *Seven Types of Atheism*. London: Penguin Books.
- GREEN, Vivian, (2006). *La locura en el poder: de Calígula a los tiranos del siglo XX*. Bs.As.: El Ateneo.
- GREGÓRIO, Neto (2020). “Jejum nacional neste domingo em favor do Brasil”. *GospelPrime*. 03/04/2020, <[gospelprime.com.br/jejum-nacional-neste-domingo-em-favor-do-brasil/](https://gospelprime.com.br/jejum-nacional-neste-domingo-em-favor-do-brasil/)>.
- INGERSOLL, Robert, [1884], “Which Way?”, in *The Works of Robert G. Ingersoll, III*, <[gutenberg.org](https://gutenberg.org)>.
- JORNAL 1 (2020). <[eluniversal.com.mx/nacion/coronavirus-en-mexico-critica-calderon-uso-de-simbolos-religiosos](https://eluniversal.com.mx/nacion/coronavirus-en-mexico-critica-calderon-uso-de-simbolos-religiosos)>. Acesso em: 05/05/2024.

- JORNAL 2 (2013). <pagesix.com/2013/05/22/ricky-gervais-rebuffs-beyonce-rihanna-katy-perrys-prayers-for-okla/>. Acesso em: 02/04/2024.
- JORNAL 3 (2009). <elmundo.es/america/2009/12/10/noticias/1260475653.html>. Acesso em: 05/05/2024.
- JORNAL 4 (2024). <meridiano.net/virales/rezar-para-que-el-papa-muera-esto-aseguran-algunos-sacerdotes-20242291200>. Acesso em: 05/05/2024.
- JORNAL 5 (2021). <congressoemfoco.uol.com.br/saude/pastor-que-ora-pela-morte-de-paulo-gustavo-sera-processado-por-homofobia/>, Acesso em: 05/05/2024.
- JORNAL 6 (2023). <valor.globo.com/politica/noticia/2023/01/09/choro-reza-e-coordenacao-de-acoes-marcam-invasao-golpista-ao-stf.ghml>. Acesso em: 17/05/2024.
- JORNAL 7 (2021). <thetimes.co.uk/article/hostile-posts-are-more-likely-to-go-viral-zwg3j39m8>. Acesso em: 18/07/2024.
- LEWIS, Sinclair (2017). *Não vai acontecer aqui*. R.J.: Alfaguara.
- MAASS, Peter (2016). “Rezar resolve?”, *Super interessante*. 13/10/2016.
- MACCARI, Yasmin (2021). *Corpo e festa em transe*. Dissertação, Rio Claro: Unesp.
- MACHADO, Antonio (1936). *Juan de Mairena Sentencias, donaires, apuntes y recuerdos de un profesor apócrifo*. Madrid: Espasa-Calpe.
- MAGALHÃES, Graça (2013). “O pastor nazista”. *O Globo*. 23/02/2013.
- MARCO AURÉLIO, [c. 180], *Meditaciones*. Madrid: Gredos, 1977.
- MONTAIGNE, Michel de, [1595], *Los ensayos*. Barcelona: Acanalado, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich, [1886], *La gaya ciencia*, in F. Nietzsche, 2014, *Obras completas*, III, Madrid: Tecnos, 704-905.
- NIETZSCHE, Friedrich, [1888], *El anticristo*, in F. Nietzsche, 2016, *Obras completas*, IV, Tecnos, Madrid, 693-772.
- PINKER, Steven (2018). *O novo iluminismo*. S.P.: Companhia das letras.
- PEIRCE, C.S. (1967). “The Fixation of Belief”, *Popular Science Monthly*. 12: 1-15.

- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa (2020). *A bailarina da morte: A gripe espanhola*. S.P.: Companhia das letras.
- SHOULER, Kenneth (2010). *The Everything World's Religions Book: Discover the Beliefs, Traditions, and Cultures of Ancient and Modern Religions*. Avon: Adams Media.
- SLAVICEK, Chipley (2008). *The Black Death*. N.Y.: Chelsea House.
- SMITH, William, (1990), *Smith's Bible Dictionary*. Peabody: Hendrickson.
- SNYDER, Timothy (2017). *Sobre a Tirania: Vinte lições do século XX para o presente*. S.P.: Companhia das letras.
- TARDÁGUILA, Cristina (2007). “Personal peregrino: Não cumpriu promessa? Seus problemas acabaram”, Piauí 6. <[piaui.folha.uol.com.br/materia/personal-peregrino/](http://piaui.folha.uol.com.br/materia/personal-peregrino/)>. Acesso em: 05/05/2024.
- TENNYSON, Alfred, [1842], “Morte d'Arthur”, in RICKS, Christopher (ed.), 2007, *Tennyson: A Selected Edition*, Routledge, London, 148-64.
- THISELTON, Anthony (2002). *A Concise Encyclopedia of Philosophy of Religion*. Glasgow: Oneworld.
- TUCHMAN, Barbara (1978). *Un espejo lejano: El calamitoso siglo XIV*. Barcelona: Ariel.
- VÍDEO 1 (2020). <[youtu.be/MV7vR1ZX19Q](https://youtu.be/MV7vR1ZX19Q)>.
- VON GLASENAPP, Helmuth (2000). *Budismo: Una religión sin Dios*. Madrid: Ahimsa.
- WALKER, John (2011). *A Certain Curve of Horn: The Hundred-Year Quest for the Giant Sable Antelope of Angola*. N.Y.: Grove Press.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1992). *Observaciones sobre La rama dorada de Frazer*. Madrid: Tecnos.
- WRIGHT, Robert (2018). *Por que o budismo funciona*. R.J.: Sextante.